



Boletim Semanal

Sindjus

Filiado à CUT/FENAJUFE

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no DF

Quinta-feira • 15 de dezembro • Ano V

PCS do Judiciário: PL 5845 é aprovado na primeira comissão! Para deputados, vitória é resultado da mobilização da categoria

A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou ontem (14/12), por unanimidade, o Projeto de Lei (PL) 5845/05, referente ao PCS do Judiciário.

Em meio a cartazes e num plenário repleto de servidores, os parlamentares por várias vezes fizeram questão de destacar que o PCS é uma proposta justa, de valorização do Judiciário como um todo e que consiste numa vitória dos servidores e de suas entidades sindicais, que se mobilizaram nos últimos meses e acompanharam, desde o início, a tramitação da matéria.

Ao abrir os trabalhos, o relator, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN), deixou claro que seu parecer seria favorável porque considera que não pode haver uma sociedade justa e solidária, como prega a Constituição, sem a atuação efetiva da Justiça. "O PL 5845/05 caminha nesse sentido, ao conferir



Servidores e deputados comemoram a aprovação do PCS

condições para a realização da efetiva prestação jurisdicional", afirmou.

Sem emendas de mérito

O deputado explicou que não aceitou nenhuma emenda referente ao mérito da proposta porque acatá-las, segundo ele, seria transformar o seu relatório em substitutivo e isso atrasaria a tramitação, uma vez que seria

objeto de novas discussões por parte dos parlamentares. Alves afirmou que entendeu o pleito feito pelos representantes das entidades sindicais e a importância do projeto ser votado pela comissão ainda este ano.

"Em situações normais, eu precisaria de 30 dias para apreciar o PL e fazer meu relatório e os colegas deputados de mais 30 dias para discutir o tema. Considerando-se que o projeto está bem elaborado e os apelos das entidades sindicais para que levássemos em conta a questão

do tempo da tramitação, estamos fazendo o possível para que a matéria tramite rapidamente e venha a ser sancionada no início de 2006", enfatizou.

Com a aprovação, o PL segue, agora, para a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara.

Veja no sítio do Sindjus o relatório e as emendas aprovadas.

PCS do MPU: CNMP tem sessão nesta sexta-feira. Servidores precisam lotar a sessão.

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) tem reunião nesta sexta-feira, 16/12. O PCS dos servidores ainda não foi incluído na pauta. O Procurador-geral que havia se comprometido a enviar ao conselho em tempo hábil para a apreciação nesta sessão, só enviou ontem.

O relator designado foi o conselheiro Ricar-

do César Mandarin Barreto - juiz federal em Sergipe e embora o tempo seja curto o Sindjus acredita que seja possível a votação na sessão do dia 16. Para isso é importante que todos os servidores compareçam à sessão.

A participação da categoria é importante, inclusive, para reforçar o trabalho feito pelas entidades junto aos conselheiros em audiên-

cias diversas para discutir a importância do projeto para os servidores do MPU.

Faça sua parte, mobilize-se!

Sessão do CNMP

Data: Sexta-feira, 16/12

Local: edifício sede da PGR

Horário: a partir das 14h.

Juiz determina que MPU realize concurso de remoção

O Juiz da 22ª Vara Federal determinou ontem, 13/12, a suspensão das nomeações de servidores, enquanto o MPU não efetuar a extensão do concurso de remoção do Edital nº 18/2005 aos servidores do MPT, MPM e MPDFT. Com isso, evita-se que aquela instituição faça nomeações para prover

vagas destinadas à remoção.

Juntamente com a suspensão de novas nomeações, a determinação do juiz da 22ª Vara Federal concede ao MPU o prazo de 3 (três) dias para cumprir a tutela antecipada deferida anteriormente, reabrindo as inscrições para os servidores que foram excluídos

do processo seletivo original, destinado apenas ao MPF.

Na decisão, o magistrado adverte que a Administração do MPU não pode continuar nomeando servidores, tampouco decidir o que deve ou não cumprir, mas obedecer ao comando judicial imediatamente.

Vitória dos servidores

TCU aprova pedido de incorporação dos quintos

Na sua última sessão do ano, realizada esta tarde (terça-feira, 13/12), o Tribunal de Contas da União (TCU) considerou devida a incorporação dos quintos até setembro de 2001, aos vencimentos dos servidores. O TCU solicitou que, a partir da decisão, os tribunais sejam informados e passem a tomar providências em relação aos seus quadros de funcionários que tenham preenchido as condições para a incorporação.

As decisões judiciais e administrativas obtidas pelo Sindjus foram citadas durante todo o voto do relator, ministro Lincon Magalhães da Rocha, que foi aprovado por quatro votos a três.

O Sindjus iniciou ontem mesmo as conversações com a administração dos tribunais que não estavam efetuando a incorporação, para que a façam imediatamente.



A gente teve uma grande idéia: premiar a sua.

PRÊMIO NOVAS IDÉIAS PARA A JUSTIÇA. Você concorre a 95 mil reais em prêmios.

Participar é muito simples: basta escrever a sua idéia em forma de proposta, projeto ou monografia. Soluções criativas dão prêmio e ajudam a democratizar e modernizar o Poder Judiciário e o Ministério Público. **Inscreva-se até 19 de dezembro.** Consulte o regulamento no site www.sindjusdf.org.br e participe: você só tem a ganhar.

1º PRÊMIO
NOVAS IDÉIAS
PARA A JUSTIÇA



SUPREMO
TRIBUNAL
FEDERAL

Apoio

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO E BANCO DO BRASIL

Informações: (61) 3224-9392. premiosnovasideias@sindjusdf.org.br